

Ata n.º 13/2021

Reunião de Câmara realizada no dia 21 de junho de 2021

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. -----

Às dez horas e nove minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** tomou a palavra começando por cumprimentar todos e manifestar o seu agrado pela possibilidade desta reunião ser presencial. Seguidamente, e no seguimento da sua intervenção na reunião do Executivo realizada no passado dia sete do corrente, reiterou a necessidade urgente de ser feita a limpeza de terrenos, nomeadamente, na Rua da Senhora das Preces, em Vilarinho e na Rua de Palhais. Referiu, ainda, a derrocada de um edifício, em Vilarinho, com as eventuais consequências e perigos que daí advêm e do facto de saber que há pessoas que estão há dois anos á espera de serem atendidas pelo Executivo e até ao momento ainda não foi possível. -----

O Senhor **Vice Presidente** interveio para dar nota de algumas atividades alusivas ao S. João, a decorrer durante esta semana e condicionadas à situação pandémica que se continua a viver, mas, com a esperança de que para o próximo ano de dois mil e vinte e dois, se possa retomar em pleno, a Festa da Feira Anual de S. João. Seguidamente, deu conhecimento ao Executivo de que estão em curso trabalhos de substituição dos equipamentos infantis existentes por novos, no Parque Carlos

Reis e, por último, informou, que hoje mesmo, a Piscina Municipal descoberta, retomou a sua atividade com o cumprimento das normas e restrições exigidas pela DGS – Direção Geral de Saúde. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes usou da palavra a responder ao **Senhor Vereador Victor Carvalho**, para informar que as denúncias, por falta de limpeza de terrenos privados, foram reportadas, no mesmo dia, ao Setor de Fiscalização da Câmara Municipal, e à GNR. Em relação á habitação em Vilarinho, informou que já tinha sido alvo de denúncia e já foi feita pelos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal, uma tentativa de verificação, no terreno, cujo proprietário não está identificado, até ao momento, apesar de várias diligências para o efeito. Salientou, ainda, que foi constatado pelos Serviços a inexistência de perigo iminente de queda para o espaço público, o que poderá vir a existir, eventualmente, serão situações de perigo de direito privado. Em relação à questão das limpezas informou, igualmente, que foi encaminhado o assunto para o Serviço SEPNA da GNR, a fim de ter o tratamento adequado e a Câmara Municipal, irá acompanhar o processo, a fim de ser tratado no mais curto espaço de tempo possível. -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio começando por dizer que é bom poder reunir presencialmente e desejou que pudessem manter as condições que permitam continuar assim. Seguidamente, informou o Executivo de que no âmbito das comemorações da Feira Anual do S. João, que estão a ser feitas à medida do que é possível, no fim-de-semana passado, no âmbito da Rede Cultural Terras da Chanfana - Programação Cultural em Rede, estiveram presentes os Urban Sketchers para usufruir de contacto estreito com o património arquitetónico e natural e imaterial do concelho, retratando-os de forma simples, e em contacto com a população local, no mercado, com animação cultural das crianças, Aldeias do Xisto e outros lugares da Lousã. Informou, ainda, que no passado sábado, a Câmara Municipal esteve presente na entrega dos Diplomas do 12º ano, no Dia do Diploma dos alunos que terminaram no ano anterior que ainda não tinha sido possível fazer esta cerimónia, na Escola Secundária e também se fez a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas da Lousã. A concluir, referiu que a Lousã, nestes últimos dias, também, esteve referenciada, porque esteve representada por um docente no concurso de

dez finalistas do Global Teacher Prize, que é um prémio que, em Portugal, é implementado pela Associação Mentos Empreendedoras, com o objetivo de reconhecer e divulgar o trabalho e as boas práticas docentes, sensibilizando a comunidade para a importância da Educação, premiando e destacando a excelência na educação e para a inovação e descoberta de novas respostas educativas, na Lousã. Enalteceu o facto do Logo que foi escolhido para a Rede Nacional Portuguesa de Territórios Educadores, ter sido feito por um aluno da STATUS. -

O Senhor Presidente tomou a palavra começando por dar nota do Programa do S. João, entendido como o mais adequado relativamente às circunstâncias da pandemia que ainda se vive. Reforçou o convite para o próximo dia 24 de junho e o evento definido para assinalar, formalmente, o Dia de Feriado Municipal, às 18 horas, no Palácio da Lousã Boutique Hotel. Referiu-se, ainda, à cerimónia do Dia do Diploma, realizada no Salão Polivalente da Escola Secundária, frisando que este ano, há mais alunos candidatos ao Ensino Superior e mais alunos colocados na primeira opção, o que é relevante dadas as circunstâncias vividas neste ano atípico. Associou-se ao processo de reconhecimento do trabalho da docente Maria Cristina Chau, do Agrupamento de Escolas da Lousã, que integra a lista dos finalistas do Global Teacher Prize Portugal e ao Encontro Nacional de "Urban Sketchers", no âmbito da Rede Cultural Terras da Chanfana. Relativamente às questões colocadas sobre a limpeza de terrenos, para além das informações prestadas pelo **Senhor Vereador Ricardo Fernandes**, deu nota da necessidade de notificar, sempre, o SEPNA, independentemente das diligências que o município possa fazer, uma vez que é matéria da competência daquela entidade. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interpelou para dizer que relativamente às informações sobre as limpezas de terrenos, não teve esclarecimento em relação à Rua de Palhais, que em termos de espaço público, é ainda mais preocupante do que a ocorrência na Rua da Senhora das Preces, afirmando ser da máxima importância que o SEPNA agir rapidamente. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 7 de junho de 2021.-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da Reunião de Câmara realizada no dia sete de junho do ano de dois mil e vinte e um. -----

2.2 - Informação do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal da Tomadas de Posição conjunta do Órgão de Gestão DLBC Rural - Dueceira 2020 e Assembleia Geral da Dueceira, e, também, por parte da Câmara Municipal, remetidas à Exma. Senhora Ministra da Coesão Territorial, Sra. Professora Ana Abrunhosa e à Exma. Senhora Presidente da CCDRC e Comissão Diretiva do Centro 2020, Dra. Isabel Damasceno, apelando para que exista um novo reforço dos montantes destinados ao +CO3SO Emprego e que o mesmo corresponda ao apoio financeiro a todas as candidaturas aprovadas com mérito. -----

O Senhor Presidente informou o Executivo de uma Tomada de Posição que entendeu pertinente tornar pública remetida à Senhora Ministra da Coesão Territorial e Senhora Presidente da CCDRC, relativamente ao processo +CO3SO Emprego e da necessidade de aumentar o reforço extraordinário de dotação financeira, no sentido de contemplar as restantes candidaturas apresentadas e avaliadas com mérito. Afirmou que se trata de um objetivo que não é fácil, mas entende que se deve continuar a lutar, pelo que têm sido desenvolvidas algumas diligências. Adiantou que já houve um acréscimo significativo, na ordem dos 500% relativamente à dotação inicial, mas, é ainda insuficiente face ao número de candidaturas que foram apresentadas. Deu ainda conhecimento que, ainda esta semana, a Direção da DUECEIRA, constituída pelos Presidentes de Câmara, da Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Penela, reunirá com o objetivo de procurar mais uma vez que a Unidade de Gestão possa adiantar alguma informação relativamente a este pedido de reforço adicional de dotação deste programa. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 1 (um)).-----



O Senhor Vereador Victor Carvalho interpelou para reforçar e associar-se à Tomada de Posição apresentada pelo Senhor Presidente, porque, no seu entendimento, é importante fazer notar que *“o Centro não é diferente do Norte, nem do Alentejo, neste Portugal. Portugal é só um, Centro, Norte e Alentejo é o mesmo país, portanto a Senhora Ministra não tem o direito de ter dois pesos e duas medidas, num país que é só um.”* Afirmou estar solidário com esta Tomada de Posição e disponibilizou-se para colaborar nesta luta. -----

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.3.1 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor João Poiares da Silva.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar um Voto de Pesar, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo, pelo falecimento do Senhor Doutor João Poiares da Silva e dar conhecimento do ato à família. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----

2.3.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do Despacho datado de 10 de junho 2021, referente à aprovação da nova Minuta de Acordo, que adita ao Protocolo celebrado com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.. -----

O Senhor Presidente informou o Executivo de que esta proposta diz respeito a uma ratificação de despacho referente à aprovação da nova Minuta de Acordo, que adita ao Protocolo a formalização da novação que substitui a anteriormente aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de dez de maio do ano de dois mil e vinte e um, que fica parcialmente revogada, mantendo-se as demais deliberações tomadas. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para solicitar mais esclarecimentos sobre este assunto, nomeadamente a razão pela qual o concelho não precisa, no imediato, de quinhentos e cinquenta mil euros. Afirmou não entender como se aprova uma proposta que retira à autarquia, no imediato, o valor em cerca de quinhentos e cinquenta mil euros, a favor da APIN – empresa intermunicipal criada para executar obras. *“Nós andamos constantemente a patrocinar a APIN.”*

Reiterou não entender como é que é possível existirem situações urgentes para resolver no Concelho da Lousã e não haver dinheiro para fazer face às obras e haver quinhentos e cinquenta mil euros para dar á APIN. Dirigindo-se ao **Senhor Presidente** afirmou que – citando: “*enquanto Presidente da Câmara e enquanto Presidente do Conselho de Administração da APIN tem que nos justificar porque é que estes quinhentos e cinquenta mil euros, não vêm para a Lousã. E, andamos nós todos os meses, até ao mês passado, a pagar à APIN a parte da componente do tarifário social, que são cerca de vinte e cinco mil euros por mês. A Câmara Municipal da Lousã abdica de receber os quinhentos e cinquenta mil euros, para fazer face a algumas obras urgentes no concelho, para deixá-los na APIN, para a concretização de obras até ao ano de dois mil e vinte e seis. No limite, estes quinhentos e cinquenta mil euros podem ser aplicados no Concelho da Lousã, só em dois mil e vinte e seis.*” Insurgiu-se contra esta visão estratégica do **Senhor Presidente da Câmara** para o Concelho da Lousã e disse não compactuar com esta posição. -----

O **Senhor Presidente** informou que a explicação já foi prestada e que esta proposta é apenas uma ratificação de um despacho em termos de alteração de tramitação processual, não existindo nada de novo a realçar. Adiantou que se trata de uma decisão que já foi tomada, na reunião do Executivo realizada no passado dia dez de maio, na qual o **Senhor Vereador Victor Carvalho**, teve oportunidade de manifestar a sua posição, por isso nada, mais a acrescentar relativamente à situação. Informou, ainda, que se trata de uma decisão aprovada por unanimidade em todos os municípios que integram a APIN, independentemente da cor partidária, em função daquilo que foi considerado melhor para os municípios e para a APIN. Este é um valor que acresce ao valor que já estava definido pela APIN a realizar em cada concelho. No caso do Concelho da Lousã, caberá, adicionalmente, mais cerca de quinhentos e cinquenta mil euros. Adiantou que as situações não podem ser confundidas, porque o que diz respeito ao tarifário social, é da competência das autarquias suportarem esse montante e já o vinham fazendo do seu próprio orçamento quando eram gestoras diretas dos serviços de abastecimento de água, tratamento de efluentes e serviço de resíduos. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interpelou começando por afirmar que não era “dono da razão”, mas para que fique bem esclarecido, o Senhor Presidente cometeu algumas imprecisões na sua intervenção. Disse que *“isto não se trata de um investimento adicional por parte da APIN no nosso concelho. Isto trata-se de dinheiro que a APIN nos deve, e como não o consegue pagar em dinheiro, vai pagar em géneros. Mas eu, não estou habituado a isso e o Senhor enquanto Presidente do Conselho de Administração da APIN devia perceber, também, enquanto Presidente da Câmara que este dinheiro faz falta ao concelho, não é daqui a cinco anos, é agora. Isto não se trata de um investimento adicional da APIN no nosso concelho, isto trata-se da Câmara Municipal da Lousã estar a emprestar dinheiro á APIN a longo prazo, porque cinco anos já é a longo prazo. E é isso que eu não compactuo consigo! Se há um conflito de interesses entre o Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes e o Presidente do Conselho de Administração da APIN, Luís Antunes, o Senhor é que o tem que resolver, não sou eu. Agora, prejudicar os Lousanenses, não! E é o que o Senhor está a fazer.”* ----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria, com um voto contra do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a ratificação do Despacho datado de dez de junho do ano de dois mil e vinte e um, referente à aprovação da nova Minuta de Acordo, que adita ao Protocolo celebrado com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)). -----

2.3.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da alteração ao Acordo de Financiamento das Atividades exercido ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos municípios e financiamento do serviço intermunicipal e inter-regional. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a alteração ao Acordo de Financiamento das Atividades exercido ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos municípios e financiamento do serviço intermunicipal e inter-regional, sendo os valores de financiamento que correspondem ao Município da Lousã, no montante máximo de EUR: 1.508.098.67 (um milhão quinhentos e oito mil noventa e oito euros e

sessenta e sete cêntimos.) Mais deliberou remeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Prestação de Contas do ano de 2020. -----

O Senhor Presidente começou por prestar um reconhecimento à Divisão Financeira pela dedicação, profissionalismo, compromisso revelado e por todo o trabalho desenvolvido com grande esforço pessoal, uma vez que foi bastante difícil e exigente, a vários níveis, originando a necessidade de execução de muito trabalho adicional e em horário suplementar, inclusivamente, fins-de-semana e feriados, várias noites, correspondendo desta forma ao desafio de transição para o novo Sistema de Normalização Contabilístico nas Administrações Públicas – SNC-AP. Na generalidade dos documentos apresentados fez uma apreciação positiva, com a perspetiva de que existem situações que importa ter em conta para melhoria futura. -----

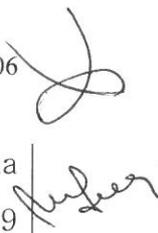
O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio começando por manifestar a sua indignação pelo atraso na remessa de um documento desta importância e dirigindo-se ao **Senhor Presidente** disse-lhe que quando ele for oposição vai entender que precisa de mais tempo para analisar este tipo de documentos. Disse que via com agrado o aumento da cobrança de impostos, porque isto significa que o concelho está com vitalidade. Por outro lado, fez um reparo em relação ao IUC, que baixou ligeiramente, e adiantou que esperava que não fosse sinónimo de desinvestimento no concelho, dado que não chegou a nenhuma lógica económica sobre esta constatação. Deu nota que verificou a existência de uma margem para rever a questão fiscal do concelho. Pediu esclarecimentos sobre a duplicação de custos com comunicações, e o aumento significativo de prémios, condecorações e ofertas. Concluiu a sua intervenção afirmando que não teve tempo para analisar com maior acuidade e detalhe os documentos, uma vez que os recebeu apenas na passada sexta-feira, á noite. -----

O Senhor Vice Presidente interveio para dar nota de que é sempre possível fazer a leitura conforme os interesses, sejam eles os mais relevantes, ou os menos

significativos. Deu nota, de que dos últimos anos, este é o exercício mais difícil pela alteração do Sistema de Normalização Contabilístico nas Administrações Públicas – SNC-AP que gerou mudanças de vários fatores que implicaram diversificação de modelos e classificações. Por este motivo, não lhe parece correto fazer um paralelismo entre resultados de anos anteriores e dos resultados deste exercício e por último salientou o facto de se ter vivido um ano e meio de pandemia que limitou a todos e obrigou a outros posicionamentos e alterações. No entanto, da análise das contas, e em relação ao IUC, o que depreende é que a questão se prende com uma diretiva do governo que tem a ver com uma alteração do imposto na base dos carros importados, com redução de afetação de valores e essas alterações provocaram em cada município ligeiras correções. Destacou, das contas, o aumento substancial do investimento realizado, em cerca de 60%, o que demonstra a dinâmica incutida salientando o facto deste aumento estar baseado em fundos comunitários, o que mostra a capacidade e o posicionamento que a Câmara Municipal tem vindo a ter no melhor aproveitamento das possibilidades de investimento. Deu, ainda, nota que as taxas ao nível da receita e ao nível da despesa melhoraram significativamente. Concluiu dizendo que este exercício fica marcado por um desempenho financeiro em termos de taxas de execução e montante de investimento, extremamente expressivo. -----

O **Senhor Presidente** tomou a palavra reiterando da dificuldade em obter a informação atendendo às circunstâncias que enunciou na sua anterior intervenção e salientou que apenas ficou disponível foi remetida de imediato a todo o Executivo, muito embora outros municípios a tenham disponibilizado no momento. Todo o modo, e ainda assim, foi remetida com a brevidade que foi possível. Relativamente aos pedidos de esclarecimento, disse não dispor, no momento, a informação detalhada, mas que, posteriormente, iria solicitá-la aos serviços e seria reportada ao **Senhor Vereador Victor Carvalho**. Realçou a partilha de informações o mais fiáveis e genuínas relativamente às contas da Câmara Municipal. Salientou a melhoria do orçamento de receita relativamente ao exercício do ano de dois mil e dezanove e o orçamento da despesa que, também, teve uma melhoria. Nas Grandes Opções do Plano tiveram um aumento de 10% entre os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, com uma componente de investimento bastante

relevante de um aumento em cerca de 80% de melhoria na execução do investimento entre estes dois anos. Deu nota de indicadores relevantes, estacando o que diz respeito à redução da dívida total em cerca de 30% e a dívida a terceiros, da componente orçamental, que diminuiu 31,73%, e o prazo médio de pagamentos aos fornecedores de bens e serviços da autarquia, que passou de quarenta e sete dias para trinta e três dias. Salientou que a perspetiva é sempre de melhoria contínua com melhores resultados no futuro e de assegurar o equilíbrio financeiro da autarquia num exercício marcado pela pandemia. No que respeita ao ano de dois mil e vinte existe um aumento de despesa de setecentos e oito mil euros e uma diminuição de receita de cento e trinta e um mil euros. Frisou que em termos de tesouraria, com uma pressão acrescida, conseguir reduzir o prazo médio de pagamento, garantir a redução da dívida a terceiros e concretizar o volume de investimos referidos evidencia que a situação da autarquia, é adequada e permite dar resposta até a situações imprevistas e, concomitantemente, melhorar alguns indicadores referidos, anteriormente, tendo em conta o período pandémico que se tem vindo a viver. No que diz respeito às atividades mais relevantes, destacou o PPI no que diz respeito aos investimentos, que é a contribuição da execução do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, entre outras, ainda em execução. Frisou que continua a ser uma atividade muito importante para a autarquia, o investimento nas pessoas, com evidência a vários níveis, nomeadamente, educação, com ênfase nas atividades de apoio à família, apoio na alimentação e nos transportes escolares, e ainda no Programa de Sucesso Escolar. Destacou o investimento em 2020, na área dos Bombeiros e Proteção Civil, com vários projetos e ações com forte impacto financeiro. A concluir, e de forma objetiva referiu que o ativo – balanço, totaliza EUR: 58.101.080,58, o património líquido – balanço de EUR: 52.676.728,59 e total do passivo EUR: 5.424.351,99. Mencionou que, de acordo com o constante na demonstração de resultados, por natureza, os gastos e perdas totalizam EUR: 11.381.089,21 e os rendimentos e ganhos EUR: 12.721.908,21, com um resultado líquido do Exercício de EUR -1.340.819,00. Concluiu dizendo que o total de recebimentos do ano é de EUR: 14.103.879,67 e de pagamentos EUR: 13.784.148,08, com um saldo de gerência do período anterior de EUR: 850.508,53, dos quais EUR: 378.199,48, respeitam a operações



orçamentais e EUR: 472.309,05, a operações de tesouraria e um saldo de gerência para o período seguinte de EUR: 1.170.239,39, dos quais EUR: 727.239,39 respeitam a operações orçamentais e EUR: 442.452,86 respeitam a operações de tesouraria. A concluir a sua intervenção, sobre a Prestação de Contas do ano de 2020, reiterou o reconhecimento do trabalho difícil e dedicado das técnicas trabalhadoras da autarquia afetas a esta missão. Colocada à votação, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com um voto contra do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte. Foi, ainda, deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.3.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2020. -----

O **Senhor Presidente**, em relação à aprovação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2020, informou que tem a ver com a integração dos valores das entidades em que a Câmara Municipal participa e referiu que o ativo - balanço totaliza EUR: 58.608.196,32, o património líquido - balanço EUR: 53.183.844,33 e o total do passivo no valor de EUR: 5.424.351,99. Mais referiu que, de acordo com o constante na demonstração de resultados, por natureza, os gastos e perdas totalizam EUR: 11.421.044,35 e os rendimentos e ganhos EUR: 12.721.908,21, com um resultado líquido do Exercício de EUR: -1.300.863,86. Concluiu que total de recebimentos do ano é de EUR: 14.103.879,67, e de pagamentos EUR: 13.784.148,81, com um saldo de gerência do período anterior de EUR: 850.508,53, dos quais EUR: 378.199,48 respeitam a operações orçamentais e EUR: 472.309,05, a operações de tesouraria e um saldo de gerência para o período seguinte de EUR: 1.170.239,39, dos quais EUR: 727.239,39 respeitam a operações orçamentais e EUR: 442.452,86 respeitam a operações de tesouraria. Colocada à votação, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta com um voto contra do **Senhor Vereador Victor Carvalho** aprovar a Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2020. Foi, ainda, deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se

dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)).-----

2.3.6 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2021.-----

O **Senhor Presidente**, informou que a alteração ao Mapa de Pessoal, do ano de 2021, tem a ver com a intenção de recrutar dois técnicos superiores para a Unidade de Educação da Divisão de Desenvolvimento Social e Económico. Referiu, ainda, que o valor de EUR: 80.513.28, (oitenta mil quinhentos e treze euros e vinte e oito cêntimos), aprovado na reunião do Executivo realizada no dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e vinte, é suficiente para acautelar os encargos resultantes dos recrutamentos em questão. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta com uma abstenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2021. Foi, ainda, deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)).-----

2.3.7 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da repartição de encargos/assunção de encargos plurianuais para aquisição de energia elétrica (instalações e iluminação pública) por um período de 15 meses.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade e em minuta aprovar a proposta de repartição de encargos/assunção de encargos plurianuais para aquisição de energia elétrica – instalações e iluminação pública, por um período de quinze meses, cujo total do compromisso estimado se situa em EUR: 625.498.16, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Foi, ainda, deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)).-----

2.3.8 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da alteração do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município da Lousã.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade e em minuta aprovar a proposta da alteração do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município da Lousã. Foi, ainda, deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 9 (nove)). -----

2.3.9 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a alteração do contrato de comodato celebrado entre o Município da Lousã e a EMEQUATRO – Educação e Serviços Lda.. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade e em minuta aprovar a proposta de alteração do contrato de comodato celebrado entre o Município da Lousã e a EMEQUATRO – Educação e Serviços Lda, nomeadamente, a possibilidade de alargamento do prazo de cedência do prédio e a possibilidade de enquadrar a permissão da comodatária ceder de utilização do espaço a terceiros. Mais deliberou submeter o assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 10 (dez)). -----

2.3.10 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a não participação do Município da Lousã no aumento do capital social da Sociedade EMEQUATRO – Educação e Serviços Lda..-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade e em minuta aprovar a proposta de não participação do Município da Lousã no aumento do capital social da Sociedade EMEQUATRO – Educação e Serviços Lda., NIPC 503765457, e, ainda, submeter o assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 11 (onze)). -----

2.4 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira: -----

2.4.1 – O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a atribuição de financiamento às Associações Culturais, Recreativas e Juvenis do Concelho da Lousã.-----

A **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** interveio para dar conhecimento ao Executivo de que esta atribuição de financiamento, relativa ao segundo semestre, já não é extraordinária, antes porém, tem a ver com a retoma da atividade das diversas associações e como tal, trata-se de um apoio regular. Por outro lado, reflete algumas alterações que houve, nomeadamente, ao nível da Sociedade Filarmónica Lousanense, uma vez que perdeu uma das suas valências. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade aprovar a proposta. O **Senhor Vereador Orlando Ferreira**, não participou na apreciação e votação desta proposta nos termos do artigo 69º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. A atribuição financeira foi distribuída às Associações pelos montantes a seguir indicados: -----

Associação BLOOM – EUR: 125,00 (cento e vinte e cinco euros); -----

Associação Cultural Concertinas Sons de Vilarinho – EUR: 125,00 (cento e vinte e cinco euros); -----

Associação Cultural e Recreativa do Padrão – EUR: 125,00 (cento e vinte e cinco euros); -----

Clube Recreativo Ermense – EUR: 125,00 (cento e vinte e cinco euros); -----

Associação Cultural Efeitardósia1 – EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros): -

Associação Cultural do Grupo de Concertinistas da Lousã – EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã – EUR: 1.000,00 (mil euros); ----

Associação Filarmónica Serpinense – EUR: 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta euros); -----

Associação Recreativa Cultural e Social das Gândaras – EUR: 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros); -----

Centro Social e Cultural da Ponte Velha – EUR: 125,00 (cento e vinte e cinco euros); -----

Cerdeira Village – Home – EUR: 1.000,00 (mil euros); -----

Cooperativa Trevim – EUR: 750,00 (setecentos e cinquenta euros); -----

Escola de Concertinistas da Lousã – EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros); -

Grupo Etnográfico da Região da Lousã – EUR: GERL – 875,00 (oitocentos e setenta e cinco euros); -----

Pedrinhas Cooperativa de Solidariedade Social e Cultural – Pedro Brazião Rodrigues, C.R.L. – EUR: 750,00 (setecentos e cinquenta euros); -----
Rancho Vilarinho do Clube Recreativo Vilarinhense – EUR: 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco euros); -----
Rancho Folclórico da ARCIL – EUR: 375,00 (trezentos e setenta e cinco euros); -
Rancho Folclórico Flores de Serpins – infantil e adulto – EUR: 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco euros); -----
Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal e Rancho Típico Serra da Lousã – EUR: 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros); -----
Sociedade Filarmónica Lousanense – EUR: 4.000,00 (quatro mil euros); -----
Agrupamento 656 – CNE – Lousã – EUR: 750,00 (setecentos e cinquenta euros);-----
Agrupamento 1367 – CNE – Serpins – EUR: 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros);-----
Clube de Desbravadores de Serpins – Juventude Adventista – EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros);-----
ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã – EUR: 300 (trezentos euros);-
ADIC – Associação de Defesa do Idoso e da Criança – EUR: 300 (trezentos euros);-----
Agrupamento 656 – CNE – Lousã – EUR: 200 (duzentos euros);-----
ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã – EUR: 300.00 (trezentos euros); -----
Associação Cultural Princesa Peralta – EUR: 200.00 (duzentos euros); -----
Associação Recreativa Cultural e Social das Gândaras – EUR: 500.00 (quinhentos euros);-----
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Serpins – EUR: 200.00 (duzentos euros);-----
Centro Social de Casal de Ermio – EUR: 200.00 (duzentos euros);-----
Centro Social e Cultural do Pinhal – EUR: 200.00 (duzentos euros); -----
Escola de Concertinistas da Lousã – EUR: 300.00 (trezentos euros);-----
GERL – Grupo Etnográfico da Região da Lousã – EUR: 450.00 (quatrocentos e cinquenta euros);-----

Grupo de Concertinistas da Lousã – EUR: 300.00 (trezentos euros); -----
 Rancho Folclórico e Etnográfico de Vilarinho – EUR: 450.00 (quatrocentos e cinquenta euros); -----
 Rancho Folclórico Flores de Serpins (adultos e crianças) – EUR: 600.00 (seiscentos euros);-----
 Rancho Típico Serra da Lousã e Infantil Estrelinhas Ponte do Areal – EUR: 600.00 (seiscentos euros);-----
 Santa Casa da Misericórdia da Lousã – EUR: 300.00 (trezentos euros); -----
 Sociedade Filarmónica Lousanense – EUR: 300.00 (trezentos euros). O valor total de atribuição de financiamento às Associações Culturais, Recreativas e Juvenis do Concelho da Lousã é no montante de EUR: 27.275.00 (vinte e sete mil duzentos e setenta e cinco euros) e foi cabimentado e comprometido no dia 2021-05-31, através dos documentos internos nºs 330 a 369, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das Grandes Opções do Plano, com a designação 02 250 2021/36-1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 12 (doze)). ----

2.4.2 – O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a aprovação dos valores da Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade e em minuta aprovar a proposta dos valores da Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 13 (treze)).-----

2.4.3 – O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a aprovação da celebração de novo protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas da Lousã, no âmbito da Rede de Bibliotecas da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou unanimidade aprovar a celebração de novo protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas da Lousã, no âmbito da Rede de Bibliotecas da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 14 (catorze)). -----

2.5 – Bombeiros Municipais da Lousã:-----

2.5.1 - A remeterem o mapa do Dispositivo Municipal referente ao mês de maio de 2021. Para ratificação. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Vereador do Pelouro e do Senhor Vice Presidente da Câmara, datados de onze de junho do ano de dois mil e vinte e um, e relativos ao mapa do Dispositivo Municipal referente ao mês de maio de 2021, no valor de EUR: 2.934.69 (dois mil novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamenta na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 15 (quinze)).-----

2.5.2 - A remeterem o mapa da Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de maio de 2021. Para ratificação. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã, do Senhor Vereador do Pelouro e do Senhor Vice Presidente da Câmara, datados respetivamente de catorze de junho do ano de dois mil e vinte e um, quinze de junho do ano de dois mil e vinte e um e onze de junho do ano de dois mil e vinte e um, relativos ao mapa da Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de maio de 2021, no valor de EUR: 7.984.15 (sete mil novecentos e oitenta e quatro euros e quinze cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamenta na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 16 dezasseis)). -----

2.6 - Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana: -----

2.6.1 - Requerente: Jorge Manuel Fernandes de Almeida Serra - Pedido de renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; - Local: Rua Viscondessa do Espinhal, nº 4 - Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho. -----

O Senhor Presidente informou o Executivo que este capítulo diz respeito a três requerimentos de renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI. Deu conhecimento ao Executivo que a Técnica que analisou o requerimento emitiu informação referindo que o pedido diz respeito a renovação de isenção de Imposto

Municipal sobre Imóveis (IMI), por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “C” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal, atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-C, afeta a habitação própria e permanente, apresentado por Jorge Manuel Fernandes de Almeida Serra, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). Deu, ainda, nota que a informação considera poder ser deferido o pedido de renovação da isenção de IMI, por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “C” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal, atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-C, apresentado por Jorge Manuel Fernandes de Almeida Serra, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF. Em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento, informou que o valor do benefício a conceder é de EUR: 2 972.12 (dois mil novecentos e setenta e dois euros e doze cêntimos). A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o pedido requerido por Jorge Manuel Fernandes de Almeida Serra, nos termos da informação apresentada pela Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico e de Regeneração Urbana. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 17 dezassete)). -----

2.6.2 – Requerente: Maria Joana Dias Ruas Silva Sequeira – Pedido de renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis ao abrigo da alínea a) do nº 2 do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Local: Rua Viscondessa do Espinhal, nº 4 – Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a Técnica que analisou o requerimento emitiu informação referindo que o pedido diz respeito a renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “D” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal,

atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-D, afeta a habitação própria e permanente, apresentado por Maria Joana Dias Ruas Silva Sequeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). Deu, ainda, nota que a informação considera poder ser deferido o pedido de renovação da isenção de IMI, por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “D” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal, atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-D, apresentado por Maria Joana Dias Ruas Silva Sequeira, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF. Em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento, informou que o valor do benefício a conceder é de EUR: 5 170,61 (cinco mil cento e setenta euros e sessenta e um cêntimos). A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o pedido requerido por Maria Joana Dias Ruas Silva Sequeira, nos termos da informação apresentada pela Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico e de Regeneração Urbana. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 18 dezoito)). -----

2.6.3 – Requerente: Maria Luísa Duarte Pinto Ângelo Correia Agostinho – Pedido de renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Local: Rua Viscondessa do Espinhal, nº 4 – Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a Técnica que analisou o requerimento emitiu informação referindo que o pedido diz respeito a renovação de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “B” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal, atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da

freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-B, afeta a habitação própria e permanente, apresentado por Maria Luísa Duarte Pinto Ângelo Correia Agostinho, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). Deu, ainda, nota que a informação considera poder ser deferido o pedido de renovação da isenção de IMI, por um período adicional de cinco anos, concedida à fração “B” do prédio sito em Largo da Viscondessa do Espinhal, atualmente denominado por Rua Viscondessa do Espinhal, Lousã, freguesia da Lousã e Vilarinho, concelho da Lousã, inscrita na matriz predial urbana da freguesia da Lousã e Vilarinho sob o artigo 7502.º e descrita na Conservatória do Registo Predial da Lousã sob o n.º 4749/19940930-B, apresentado por Maria Luísa Duarte Pinto Ângelo Correia Agostinho, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF. Em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento, informou que o valor do benefício a conceder é de EUR: 3 204.15 (três mil duzentos e quatro euros e quinze cêntimos). A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o pedido requerido por Maria Luísa Duarte Pinto Ângelo Correia Agostinho, nos termos da informação apresentada pela Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico e de Regeneração Urbana. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 19 (dezanove)).-----

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta e seis minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


A Secretária,

